

Carta a Naomar de Almeida-Filho e Luis Eugenio de Souza: apresentação da UFCA como modelo protópico para a universidade brasileira

Letter to Naomar de Almeida-Filho and Luis Eugenio de Souza: presentation of UFCA as a prototypical model for Brazilian universities

Carta a Naomar de Almeida-Filho y Luis Eugenio de Souza: presentación de la UFCA como modelo prototípico para las universidades brasileñas

*Ives Romero Tavares do Nascimento¹
Luiz Felipe de Sousa Fideles²*



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17602>

Resumo: Este texto tem como objetivo realizar comentários sobre a experiência de criação da Universidade Federal do Cariri (UFCA), no Estado do Ceará, Brasil, a partir do texto “Uma Protopia para a Universidade Brasileira”, de autoria de Naomar de Almeida-Filho e Luis Eugenio de Souza. O estudo é feito a partir de uma pesquisa qualitativa, realizada entre os anos de 2014 e 2018. Por meio da triangulação de dados primários e secundários, os comentários que são feitos ilustram a oportunidade de se considerar a UFCA como universidade protópica com base em três argumentos: a pluralidade de atores sociais envolvidos em sua montagem, a consideração de fatores regionais contextualizados, e a compreensão de que uma universidade é uma organização efetivamente humana. Com base nisso, são feitas conexões de debate com a proposta do modelo de universidade protópica para o desenvolvimento do Brasil.

Palavras-chave: Universidade protópica; Cariri cearense; UFCA.

Abstract: This text aims to comment on the experience of the creation of Federal University of Cariri (UFCA), in the State of Ceará, Brazil, based on the text “A protopia for the Brazilian university”, authored by Naomar de Almeida-Filho and Luis Eugenio de Souza. The study is based on qualitative research, carried out between 2014 and 2018. Through the triangulation of primary and secondary data, the comments that are made illustrate the opportunity to consider UFCA as a prototypical university based on three arguments: the plurality of social actors involved in its assembly, the consideration of contextualized regional elements, and the comprehension that a university is an effectively human organization. Based on this, debate connections are made with the proposal of the prototypical university model for the development of Brazil.

Keywords: Prototypical University; Cariri cearense; UFCA.

¹ Universidade Federal do Cariri (UFCA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1705135581393915>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3314-6618>. Contato: ives.tavares@ufca.edu.br

² Universidade Federal do Cariri (UFCA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0870469053711331>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4981-3005>. Contato: felipe.fideles@aluno.ufca.edu.br

Resumen: Este texto tiene como objetivo comentar la experiencia de creación de la Universidad Federal de Cariri (UFCA), en el Estado de Ceará, Brasil, a partir del texto “Una protopia para la universidad brasileña”, de Naomar de Almeida-Filho y Luis Eugenio de Sousa. Este estudio se basa en una investigación cualitativa, realizada entre 2014 y 2018. A través de la triangulación de datos primarios y secundarios, los comentarios que se realizan ilustran la oportunidad de considerar a la UFCA como una universidad protópica a partir de tres argumentos: la pluralidad de actores sociales involucrados en su montaje, la consideración de factores regionales contextualizados, y la comprensión de que una universidad es una organización efectivamente humana. A partir de esto, se establecen conexiones del debate con la propuesta del modelo universitario protótipo para el desarrollo de Brasil.

Palabras clave: Universidad Protópica; Cariri cearense; UFCA.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Em julho de 2020, Naomar de Almeida Filho e Luis Souza publicaram o texto “Uma Protopia para a Universidade Brasileira”³ no periódico *Education Policy Analysis Archives*, pelo qual manifestaram suas preocupações com o modelo do projeto Future-se para a instituição universitária brasileira. Os autores defenderam, na obra, que a ideia proposta pelo Governo Federal do Brasil para uma nova gestão financeira e institucional às universidades e institutos federais do país – o Future-se – não daria garantias factíveis de que haveria a mobilização de diversos atores e recursos com vistas a ambientar a inovação pretendida. Pelo contrário: tal iniciativa, se aplicada, representaria um forte enfraquecimento das condições de trabalho e formação de qualidade, sem observância ao princípio constitucional da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

Dentre as considerações feitas por Almeida-Filho e Souza (2020), pode-se destacar três: a primeira se referia à dificultosa proposta de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que abrange universidades e institutos federais. Segundo os auspícios do projeto Future-se, haveria a formatação de acesso a recursos financeiros a partir da captação junto à iniciativa privada e à sociedade civil no geral. O problema residiria no fato de não haver garantias reais de que esse financiamento chegaria às IFES, dado um conjunto de obstáculos identificados pelos autores, como pouca aderência e aposta por parte do tecido produtivo ao conhecimento produzido nas universidades.

A segunda consideração tem relação com a constatação de que haveria um baixo interesse, de financiadores externos (ou de terceiros) em cursos de graduação e pós-graduação não pertencentes às chamadas ‘ciências duras’, como as engenharias, que possuem alto poder alusivo à ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Isso colocaria as

³ Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5525>.



formações do grupo das ciências sociais e humanas em um espaço de pouco ou nenhum financiamento, posto que estes campos de conhecimento não conformam saberes que são mais ‘atrativos’ ao mercado.

Em terceiro lugar, alude, o texto, como relevante problema do Future-se a questão de que toda a pretensa pactuação social em torno da condução e financiamento das universidades e institutos federais estaria, de plano, comprometida pela própria campanha difamatórias do próprio ensino superior naquele momento. Estaria natimorta, portanto, toda e qualquer possibilidade de se requisitar, da própria sociedade, a aposta e as condições para que o ensino superior fosse viabilizado nos termos daquela proposta.

Estas questões, dentre outras, foram o mote da discussão que os dois autores utilizaram para discorrer acerca da necessidade de se pensar uma nova universidade para o Brasil. Ênfase foi alocada na particularidade de países latino-americanos nas últimas décadas, em que as instituições universitárias – notadamente as públicas – tiveram forte influência daquilo que Chankseliani e McCowan (2020) e Monteiro, Tarja, Ribeiro e Bussolotti (2019) aludem como ‘terceira missão’ universitária: o engajamento da universidade na contribuição para o desenvolvimento das sociedades humanas (Audy, 2017), no bojo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS/ONU) (McCowan, 2016).

Isso conformaria o que os autores chamam de protopia (Almeida-Filho & Souza, 2020), termo que faz menção a todo projeto em que se busca favoravelmente agir (*pro*) rumo à construção de um lugar (*topos*) almejado para a sociedade a partir da ação universitária, seja pelo ensino, pesquisa e/ou extensão. Dessa maneira, pensar em uma universidade protópica é materializar um conceito de instituição em que a pauta-mor é a configuração de um espaço para a formação humana com vistas ao mundo do trabalho balizada por princípios ético-cidadãos, integradores, inclusivos e despertadores para a vida cívica das pessoas.

Entretanto, por se tratar de um lugar a se chegar, ou seja, de um formato ideal de universidade, provavelmente essa protopia aludida por Almeida-Filho e Souza (2020) pareça ser muito mais uma utopia por não já conter um formato concreto de instituição-modelo. Assim, o propósito deste trabalho é contribuir com o debate iniciado por esses dois autores e apresentar a Universidade Federal do Cariri (UFCA), criada no ano de 2013 na Região do Cariri, sul do Ceará, Brasil, como um desenho institucional *sui generis* brasileiro e como proposta de protopia para outras instituições congêneres.



Partindo de uma investigação que buscou analisar a experiência de criação da UFCA, com ênfase na dimensão político-institucional do desenvolvimento, em termos de instituições e indivíduos envolvidos, o mote desta contribuição é apresentar como a modelagem da UFCA pela ótica da regionalização do ensino superior público serviu como operadora de uma estratégia territorial de desenvolvimento para a Região do Cariri cearense. Destaca-se, por conseguinte, que o sucesso de tal iniciativa foi oportunizado por uma condição muito particular: a atuação sociocêntrica de múltiplos atores na montagem da nova universidade, o que conferiu aderência ao local onde instalada (no que toca à oferta de cursos de graduação e pós-graduação em consonância com as necessidades e potencialidades locais) e alinhamento com as diretrizes nacionais de estruturação administrativa, pedagógica e institucional.

Cumprir informar que não é pretensão realizar qualquer análise de impactos ou resultados da UFCA por parte desta contribuição, mas sim destacar como o novo formato da universidade pode ser compreendido como uma aposta bem-sucedida – afinal, a universidade foi criada e está em funcionamento – de um modelo inovador em muitos aspectos, que serve de inspiração para a materialização da utopia defendida por Almeida-Filho e Souza (2020).

2 A DEFINIÇÃO DA UFCA COMO OBJETO DE ESTUDO

É comum, no seio da pesquisa científica, que o objeto de qualquer estudo seja definido a partir da inquietação de um pesquisador diante da necessidade de se solucionar um problema. Esse incômodo, quando bem compreendido, provoca uma ação investigativa rumo à compreensão daquilo que se chama ‘verdade quase exata’ para o saber científico, posto que, diferente do conhecimento teológico, por exemplo, nenhuma verdade é dogmática, absoluta ou irretocável. Essa condição faz com que o saber sempre possa ser aprimorado por subsequentes estudiosos.

No caso do texto de Almeida-Filho e Souza (2020), a declaração de que uma universidade protóptica seria uma boa solução para os problemas já existentes no Brasil (e em potencial aumento numa eventual implantação do Future-se ou de outros similares) apresentou-se como a força-motriz para a elaboração deste *paper*. Assim, dentro dessa ‘verdade quase exata’ identificada por aqueles dois autores, aponta-se aqui a Universidade Federal do Cariri como uma proposta de seguimento ao trabalho-base no



sentido de se identificar modelagens factíveis para as necessidades sentidas por Almeida-Filho e Souza (2020) em sua obra.

Contudo, mesmo diante de uma situação dilemática definida, a circunscrição de um estudo que dá seguimento a outro pode situar-se como dificultosa. Afinal, a delimitação de um objeto de investigação científica deve ser permeada por justificativas que envolvam concretas possibilidades de contribuição e avanço a essas ditas ‘verdades quase exatas’. Assim, tratar a UFCA como objeto empírico de uma pesquisa científica não foi uma decisão arbitrária, mas sim o produto da confluência de três condicionantes, a saber:

Como primeira ordem, o lugar que um pesquisador ocupa determina para onde ele olha, mas, antes de tudo, dita de onde ele visa seu objeto de pesquisa. Isso significa dizer que há influência da carga valorativa, cultural e técnico-científica que cada investigador possui no ato de se realizar quaisquer análises sobre um determinado fenômeno, por exemplo. Isso ocorre em virtude de não ser possível separar-se satisfatoriamente o eu-pesquisador do eu-indivíduo, afinal toda e qualquer interpretação humana prescinde da existência de parâmetros e referências que somente os significados de mundo individuais podem conferir ao investigador enquanto pessoa.

Dessa forma, a definição da UFCA como objeto empírico de um estudo realizado no interior do Ceará foi, em primeiro lugar, fruto do lugar que a autoria deste trabalho ocupou na própria região onde a universidade está instalada, enquanto pessoas que perceberam um novo arranjo institucional e político quando a oferta de novas vagas públicas de educação superior passou a compor o discurso e a prática da ação política àquele espaço. Ou seja, conduziu para a definição de uma investigação sobre a criação da UFCA a posição que os pesquisadores assumiram enquanto interessados no debate sobre as possibilidades de melhoria de vida imbuídas com a interiorização da educação superior brasileira.

Em segundo lugar, importou sobremaneira o fato de o Poder Público do país ter inaugurado um novo *campus* universitário da Universidade Federal do Ceará (UFC) no Cariri cearense no ano de 2006 (embrionário da UFCA), aproveitando a existência de um Curso de Medicina na cidade de Barbalha para a abertura de quatro bacharelados em Juazeiro do Norte (Administração, Biblioteconomia, Engenharia Civil e Filosofia) e um em Crato (Agronomia). Valeu-se uma proposta integradora para a região ao criar-se uma unidade acadêmica naquele lugar pela lógica intercidade – o chamado viés *multicampi* (Costa, 2010) –, de modo a iniciar um processo de articulação de pessoas e recursos entre urbes de um mesmo território.

Em terceiro lugar, a decisão por alocar a universidade como o centro da pesquisa foi consequência de múltiplas indagações pessoais acerca das motivações e interesses envolvidos naquele processo: que fatores sociais, econômicos e políticos (dentre outros) que levaram à criação daquele *campus* universitário? A quem interessa e a quem serve? Tais questões, motivadoras da curiosidade, definiram que a trajetória de institucionalização da UFCA, por conseguinte, fosse estabelecida como esforço de investigação científica.

Dadas essas circunstâncias, o passo seguido em sequência foi a determinação do percurso metodológico, de modo a viabilizar a satisfação das necessidades investigativas sentidas nessa etapa propedêutica da pesquisa científica.

3 A METODOLOGIA EMPREGADA

Provavelmente uma das grandes justificativas para a evocação do rigor metodológico em toda pesquisa científica é a chance de se afastar o investigador de qualquer passionalidade que incorra em imprecisão à análise dos dados. Isso decorre do fato de que, muitas vezes, a proximidade do pesquisador com o objeto investigado mascara nuances importantes para a compreensão daquilo que se estuda. Em razão disso, no caso em tela, coube realizar a determinação de três subseqüentes condições fiáveis para se investigar a criação da UFCA: a delimitação da pesquisa, o desenho da coleta de dados e as diretrizes de suas análises.

Como primeiro passo, procedeu-se com a determinação da abordagem da pesquisa. O cerne da pesquisa foi investigar as bases político-institucionais de criação da UFCA dentro de uma política nacional de desenvolvimento territorial (o Reuni⁴). Dessa maneira, política e instituições são dois temas que pouco possuem vazão analítica se alocados no discurso monolítico dos aspectos quantitativos da vida humana. Em razão disso, a opção pela abordagem qualitativa da pesquisa se mostrou a mais útil pelo fato de oportunizar uma visão mais acurada de um objeto científico empírico sobre elementos com baixo teor de tangenciamento e tradução em números e índices estatísticos, condição muito própria da pesquisa qualitativa (Gibbs, 2009). Entretanto, vale informar que, mesmo sob tais auspícios, não se relegou à margem da pesquisa os dados quantitativos, pois a eleição de uma abordagem de pesquisa não anula uma à outra, mas

⁴ O Reuni - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, foi uma importante fonte de financiamento para a expansão, interiorização e descentralização de universidades federais pelo Brasil. A página do Programa na Internet é: <https://reuni.mec.gov.br/>.



destaca a preponderância entre elas (qualitativa e quantitativa), de modo a se tornarem complementares (Flick, 2009; Appolinário, 2012).

Dentro dessa perspectiva, a decisão seguinte tocou no formato da operacionalização da pesquisa qualitativa, de modo que a realização de um Estudo de Caso fosse determinada como a técnica mais adequada. Esse, portanto, foi o caminho trilhado. Mas, diante dessa ampla possibilidade, encarou-se o fato de que dentre as conhecidas formas de se definir e minerar dados quando da profusão de conhecimento (bruto ou lapidado) sobre experiências congêneres à UFCA, passou-se à demarcação de quais dados figurariam como as mais adequadas escolhas. Com uma ação exploratória do tema, três grupos foram estabelecidos:

a) Acervo bibliográfico: resultante de pesquisa bibliográfica de contribuições analíticas teórico-empíricas sobre três pilares fundamentais: políticas públicas, desenvolvimento territorial e ensino superior (os autores e suas contribuições estão relacionados na apresentação dos resultados);

b) Composto documental: construído a partir de pesquisa documental em informações socioeconômicas dos municípios e regiões onde a UFCA mantém *campi* instalados; documentos de órgãos do Governo Federal do Brasil e do Estado do Ceará, bem como aqueles produzidos pela UFC; e sítios da Internet que publicaram notícias jornalísticas sobre a criação da UFCA;

c) Entrevistas semiestruturadas com atores que atuaram direta e indiretamente na constituição da nova universidade para o Cariri. Foram identificados três subgrupos aqui existentes: agentes políticos, formado por ocupantes de cargos eletivos do Poder Executivo e do Poder Legislativo em diferentes esferas; agentes públicos, composto por servidores públicos (docentes e técnicos administrativos); e a sociedade civil organizada, com destaque para representantes de organizações sociais e da iniciativa privada (empresários).

Há uma tênue linha que separa a definição das técnicas de coleta com o tratamento dos dados, na busca por transformá-los em informações, posto que ao definir-se a fonte, mira-se como serão tratados. Assim, seguiu-se o 'conselho metodológico' de Eisenhardt (1989) para que se procedesse com a Triangulação de Dados como a técnica de coleta mais bem endereçada ao objeto em questão, valendo-se da ambivalência de dados quali-quantitativos (Flick, 2009; Appolinário, 2012).

De modo complementar, foi eleita a Arena de Atores (Chacon, 2007) como a ferramenta de análise capaz de estabelecer gráfica e conceitualmente um espaço de

negociações, conflitos e interesses onde atores que interagem com um mesmo objeto de disputa apresentam significados muitas vezes ocultos pelos dados e informações qualitativas. No caso da UFCA, a percepção do seu processo constitutivo através da construção dessas arenas possibilitou conhecer e posteriormente compreender que ela fora um ‘acerto’ institucional conseguido apenas após três tentativas (o que será mais bem discorrido no Item seguinte).

Importa dizer, nesta altura, que foi a adoção da Arena de Atores que viabilizou, juntamente com a pesquisa bibliográfica, a alocação dos pesquisadores num lugar protoanalítico: a necessidade de se reconfigurar enquanto ponto de observação do objeto a partir do estabelecimento da Teoria da Mirada ao Revés (Boullosa, 2013; 2019) e da Teoria dos Múltiplos Fluxos (Kingdom, 2005) como os marcos teóricos que guiaram toda a investigação. Portanto, ter a UFCA como objeto de estudo foi, antes de tudo, um exercício de assimilação do que se pretendia estudar e de onde o percurso metodológico partiria. É o que será apresentado no Item que segue.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os comentários que se pode tecer acerca da UFCA enquanto universidade protóptica podem ser agrupados em três ordens: a) o destaque para as instituições humanas enquanto vetores de desenvolvimento; b) a necessidade de se regionalizar (ou territorializar) o debate e as práticas de educação superior pública em países como o Brasil; e c) a potencialidade da participação e do engajamento social como mote para a implantação de políticas públicas mais efetivas.

Tais considerações são o resultado da triangulação dos dados coletados pela pesquisa (entrevistas, referencial bibliográfico e documentos socioeconômicos) que se referem a três principais sustentações teóricas e empíricas sobre o fenômeno estudado: desenvolvimento, políticas públicas e ensino superior. Conjugados, esses pilares interseccionalizam questões doravante essenciais para a criação deste tipo de instituição, como por exemplo: o que levou o Brasil a expandir e interiorizar sua rede federal de ensino superior? Quais as diretrizes que pautaram a escolha pelos territórios ou regiões onde as novas universidades foram instaladas? Quem efetivamente participou desse processo e em que medida suas necessidades e interesses foram impressos naquelas instituições universitárias? As respostas a esses questionamentos, que situam a protopia proposta neste estudo, encontram-se espraiadas nos subitens que se seguem.



4.1 A UFCA: antes de tudo, uma instituição humana de desenvolvimento

Como tem sido exposto, a definição de um objeto de pesquisa normalmente fica à esteira do lugar que o pesquisador ocupa desde seu ponto de mirada, condição *sine qua non* para a circunscrição do fenômeno investigado. Assim, assumir a UFCA como a empiria de um estudo científico dependeu, dentre muitos motivos, do modo como fora eleita objeto de investigação científica.

Visualizar a relevância de instituição do porte de uma universidade foi o primeiro passo para a definição da pesquisa aqui apresentada. Foi fruto de uma abordagem metodológica cada vez mais frequente no seio das ciências humanas e das sociais aplicadas, que tem permitido a utilização de focos multicêntricos para a condução de investigações diversas e plurais, provavelmente pouco usuais: entender a ação do Estado pelas 'lentes' da sociedade (vide o trabalho de Peres [2020], que estuda política pública a partir da ação de grupos de *Hip Hop* em Ceilândia/DF, Brasil). Desse modo, o olhar desde e para o Cariri cearense possibilitou, dentre inúmeras formas, identificar nele haver uma verdadeira 'ecologia organizacional' (Caldas & Cunha, 2005; Hannan & Freeman, 2005) que se opera por relações entre instituições privadas, públicas e da sociedade civil e faz parte da composição do próprio território. Uma delas, em destaque, é a UFCA.

Nesse bojo, a discussão sobre a montagem da UFCA, como primeiro pressuposto, foi: se no início dos anos 2000 e 2010 criou-se unidades acadêmicas da UFC na região do Cariri cearense, provavelmente isso ocorreu em atenção a uma demanda local para a presença de uma universidade federal naquele espaço. Nota-se que a conjectura se admite como uma combinação de forças políticas, notadamente oriundas daquela sociedade, como variável decisiva à ação do Estado nacional dirigida ao Cariri cearense. Assim, o primeiro pilar definido para analisar a UFCA foi compreendê-la como instituição humana em primeiro lugar.

Mas, se a pesquisa se dedicou a entender um fenômeno novo e atual, foi preciso alocá-lo no seio das discussões sobre dois conceitos-chave: desenvolvimento, pois o conceito mais atual de universidade tem relação com possibilidade de transformação social rumo à melhoria de vida das pessoas, e modernidade, uma vez que a instituição universitária é imbuída de valores que embasam as sociedades e lhes confere dinamismo (Almeida-Filho & Souza, 2020).

A ideia do que é moderno facilmente pode ser incrustada na definição do que é novo, inaugural, modificador. Remete-se àquilo que altera o âmago das sociedades humanas e sedimenta novos costumes, estilos e organização social (Giddens, 1991), de modo a reproduzir novos comportamentos, padrões e valores compartilhados em contraposição a uma cultura e valores antigos (Chacon, 2007). Tais noções referem-se à compreensão socialmente compartilhada que é inerente à humanidade identificar a evolução de sua própria organização social, de modo que é possível crer que a modernidade é algo que ‘sempre vem’, numa alusão ao adágio popular.

Ainda que tal afirmação seja conceitualmente etérea, Giddens (1991) afirma que pode ocorrer naquilo que conceitua como descontinuísmo, condição opositora à noção de evolução social linear, em que preponderam outros fatores não-gradativos, mas sim dinâmicos. Desse modo, seria preciso analisar a modernidade a partir de três fatos geradores: o ritmo da mudança, que traça as dinâmicas sociais; o escopo da mudança, que abarca a noção de alcance dessas mudanças; e a natureza intrínseca das instituições modernas, que coloca essas criações humanas como epicentro das transformações sociais que ensejam a modernidade, pois seria nelas que a sociedade se reinventa.

Dessa maneira, a figura das instituições humanas como vetores de modernidade tem sido empregada em análises sociológicas que remontam as grandes revoluções, como a Francesa (1789) e a Industrial (séc. XVII e XVIII), bem como a ascensão da racionalidade já desde a passagem da Idade Média para a Renascença (Costa, 2010). Outro exemplo é dado por Karl Polanyi (2000), ao debater sobre as grandes transformações ocorrida em toda a sociedade global, com ênfase à ocidental, diante do acúmulo e do declínio da economia de mercado, mas que fundamentalmente inseriu na modernidade a aceitação de que a sociedade é sustentada pelas relações de produção e consumo de bens e serviços.

O trabalho de Polanyi (2000) é útil para se compreender que a ação humana – tanto privada quanto pública – dos/nos últimos dois séculos incorporou o lugar nevrálgico que as instituições passaram a ter na composição do seio social, num patamar em que as sociedades passam a existir a partir das instituições, e não o contrário. Assim, admite-se que tal observação autoriza uma compreensão lícita de que a produção de bens e serviços, típica das sociedades industriais, seria a nova modernidade que traria benesses para todas as pessoas. Ou seja, a sociedade ocidental é fruto de suas próprias instituições de produção de bens e serviços, fato que, segundo o próprio Polanyi (2000), é a fonte de grandes problemas sociais, como a desigualdade.



A partir de então, o discurso e a prática desenvolvimentistas com vistas a reduzir-se as assimetrias entre países, elaborados por governos e agências internacionais, foram pautados pela lógica da industrialização como vetor de desenvolvimento, em especial para países latino-americanos e, a reboque, o Brasil. Assim, a dualidade desenvolvimento e subdesenvolvimento foi muito útil para se criar o espectro analítico entre os eixos centro e periferia para os países, tendo a indústria como indicador. Essa discussão foi amplamente abordada por autores como Celso Furtado (2009), com estudos focados na América Latina; Raul Prebisch (2000) e Bielschowsky (2000), que trataram das conexões entre industrialização e faixas de desenvolvimento latino; e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2000), que inseriram neste debate a relação da economia e da política também no eixo internacional direcionado às noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento em relações de dependência interestatais. Nesse diapasão, Bresser-Pereira (2006) afirma que mercado e desenvolvimento têm figurado como os alicerces de muitas nações modernas há um tempo considerável.

Contudo, já no final do séc. XX, houve para o conceito de desenvolvimento, ainda fortemente aludido à ideia de industrialização, o que Boullosa (2013; 2019) chama de ‘virada argumentativa’: ampliara-se o conceito para que pudesse incorporar uma noção de melhoria da vida humana em todas as suas dimensões, numa lógica em que passavam a importar os aspectos qualitativos que se exprimem em cultura, meio ambiente, saúde, educação, segurança (alimentar), dentre outros panoramas não somente econômico-industriais (Chacon, 2007; Nogueira, 2009) e com forte expressão do sentido e da necessidade de se promover a sustentabilidade. Esta pauta, inclusive, passou a vigorar no discurso e nas recomendações das agências internacionais de fomento e desenvolvimento em suas prescrições aos países em desenvolvimento (Ivo, 2016; Mercuri, 2016), numa clara guinada paradigmática daquilo que se considerava ser desenvolvido.

Nesse diapasão, as instituições assumiram novamente o papel de centralidade da mudança e da transformação das sociedades humanas. Vão ao encontro do que Douglas (1998) já descrevia numa quase condição cognitiva das instituições, que nascem com os seres humanos em sociedade e vão aprendendo junto com esta, assumindo uma posição cada vez mais intrínseca no tecido social. De tão presentes, acabam por fazer parte do convívio social e passam a representar âncoras do conhecimento e da estruturação da vida em sociedade. Por conseguinte, se desdobram em oportunidades para a comunhão de trabalho, valores e representações muito úteis à unidade e coesão social, de modo a



se representarem como referência para diversos grupos humanos reunidos sob uma mesma sociedade (North, 1991), que pode vir a ser cada vez mais complexa.

Se esse aspecto pluridimensional das instituições pode abarcar diversas possibilidades, Guimarães (2016) situa uma delas no escopo das instituições enquanto estruturas organizacionais que podem guiar o desenvolvimento a partir de práticas educativas. Afinal, as instituições sabidamente fundem e compartilham saberes historicamente nela concentrados, de modo a possibilitar a existência de um aparato institucional sólido que toda sociedade desenvolvida deve ter. Nesse bojo, as universidades assumem o papel central de instituições humanas que absorvem e difundem o conhecimento humano construído e transferido às gerações ao longo da História. Assim, possibilita-se entender que as universidades, pelo fato de serem instituições humanas, podem ser compreendidas como vetores de desenvolvimento em razão de sua natureza de coesão e união social sob valores de cidadania, profissionalização, cultura comum e sociedade.

Isso ajudaria a compor o panorama do que Bourdieu (1980), Barquero (2003) e por Coleman (1988) afirmam se tratar de ‘capital social’, um componente imaterial necessário ao desenvolvimento das sociedades. Capital social seria o amálgama de pessoas e sociedade, num contexto de partilha e união de valores interdependentes – e não excludentes – acerca de tudo aquilo que corresponde à cidadania, participação, inclusão e melhoria das condições de vida, tendo as instituições o papel de instrumentalizar tais possibilidades. Teria o capital social a condição de implantar nos grupos humanos o desejo pela mudança, pela modernidade, e pela necessidade de se agir em prol da vida em sociedade. Em outras palavras,

As transformações exigidas por qualquer esforço de modernização não requerem, apenas, impactar o plano objetivo dos fenômenos sociais, ou seja, não se limitam a mudanças nos sistemas que estruturam a vida em sociedade ou o padrão de autoridade, a reordenação da divisão do trabalho, as novas tecnologias e linguagens comunicativas, a incorporação de novos métodos de controle ou de novos atores no processo de decisão. Requer, sim, de forma crucial, mudanças de crenças, percepções e atitudes por parte dos indivíduos e grupos que podem influir, negativa ou positivamente, na produção e aceitação de novas formas de agir. Reconhecendo que um processo de modernização é complexo e não linear, torna-se evidente a relevância do papel que os diferentes atores ocupam em relação a inovações. É por meio desses agentes que as ações assumem significados distintos e (...) tomam como referência os valores e padrões de conduta presentes na própria sociedade e os reproduzem no âmbito das organizações. Portanto, modernizar estas últimas depende,

também, de mudanças no próprio modo de pensar e agir nos ambientes sociais da vida cotidiana e cívica (Sampaio & Laniado, 2008, p. 171).

Desse modo, vislumbrar as universidades como instituições humanas onde a comunhão de valores e princípios destinados à composição de uma sociedade pautada pela lógica do desenvolvimento habilita traduzir as palavras de Sampaio e Laniado (2008) como a oportunidade que se tem de situar as universidades como um dos espaços onde a cultura e o desenvolvimento podem ser difundidos para os membros de uma mesma sociedade, no formato de capital social.

Assim, este estudo buscou identificar quais os conceitos que permearam a noção de universidade em torno das argumentações político-institucionais para a criação da UFCA.

4.2 A UFCA: Agente de regionalização e construção de uma identidade socioterritorial, idealizada a partir do modelo de universidade brasileira

A priori, cabe entender as razões regionais e territoriais para a criação de uma universidade federal no interior do Ceará. A ideia de desenvolvimento que predominou a ação pública e política na definição do espaço-sede (e não necessariamente geográfico) destinado para a UFCA teve como variáveis independentes uma série de dimensões que fazem coro à sustentabilidade: meio-ambiente, cultura, sociedade, política e instituições, por exemplo. Havia no Estado brasileiro, ao final da primeira década dos anos 2000, a compreensão de que o desenvolvimento sustentável só seria oportunizado se essas referidas e outras dimensões fossem alocadas à atividade estatal. Isso a conduziria à concretização de direitos e garantias fundamentais de modo mais célere, enquanto fossem saneadas as bases de construção de outras e novas iniciativas mantenedoras da cidadania, da democratização e da justiça social.

Assim, as universidades federais, expressões tangentes da Federação brasileira, foram determinadas como as instituições humanas pelas quais seriam contidas as forças centrípetas de desenvolvimento, a promover, dessa feita, a manutenção de um espaço de cultura comum e valores republicanos, democráticos e de vida em sociedade. Ao tempo em que oportunizariam tais garantias, teriam de si a formação de nível superior como resposta à necessidade local e localizada de se ofertar vagas de cursos públicos de graduação e pós-graduação descentralizados e interiorizados como instrumento de redução das assimetrias regionais tão presentes na história do Brasil.



Cumprir informar que no Brasil a decisão pela criação de estruturas do Poder Público federal prescinde da ação política que a determina. Isso faz com que o país experimente uma série de tratativas e negociações que vão se conformar na concretização da presença material do Estado, e a opção pela região do Cariri cearense foi um exemplo disso. E mais: sob a égide do Reuni, o ensino superior deveria ser não apenas presente, mas dotado de sentido para as pessoas, na esteira da oportunidade de se montar cursos de graduação e pós-graduação contextualizados e dotados de significado para as pessoas. Portanto, para ser nova e regionalizada/territorializada, a criação da UFCA teve de partir de três justificativas inseridas no debate àquela altura: economia e política; sociedade e cultura; e região e território. A rigor, estas foram as principais características locais que foram determinantes para a escolha do Cariri cearense como o *locus* da UFCA. Assim seguiu a lógica de criação desta instituição.

Em primeiro lugar, no que corresponde ao escopo da economia e política do lugar que recebeu a nova universidade, interessa informar que foi considerado o seu contexto de crescente dinamização econômica e política. Composto por 29 municípios, o Cariri cearense possui uma população estimada em 962.018 habitantes⁵ (na década de 2010, criação da UFCA), que representam pouco mais de 10% de toda a população cearense (IPECE, 2023, citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023). Considerando que o Ceará possui 14 regiões administrativas, o quantitativo de habitantes caririenses é expressivo para a dinâmica sociodemográfica do Estado.

Dentre os dados estatísticos da região, interessa dizer que no ano de 2013, quando a UFCA foi criada, a taxa de aprovação de alunos no ensino médio oscilou entre 78,16% (no município de Missão Velha) e 95,92% (no município de Grangeiro) entre todos os alunos matriculados (IPECE, 2023, com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, s. d.). Isso apresenta-se como uma dentre as oportunidades sentidas pelos entrevistados da pesquisa como forte apelo político e econômico para a criação da UFCA por duas razões subsequentes.

A primeira delas diz respeito ao fato de a região caririense ter expressivos números de alunos formados no ensino médio e que naturalmente tenderiam a seguir a formação no nível superior. Alegadamente reconhecida, a presença de mais uma instituição universitária no Cariri cearense poderia oportunizar a continuidade dos estudos desses alunos. E dessa chance decorre a segunda razão: dada a assimetria regional brasileira no

⁵ Para 2021, a população estimada foi de 1.035.718 habitantes (IPECE, 2023, citando dados do IBGE, 2023).



que toca à presença de universidades, para muitos cidadãos a formação de nível superior seria impossibilitada, uma vez que a maioria da população brasileira ainda não dispõe de recursos financeiros suficientes para o deslocamento aos grandes centros urbanos do país. Portanto, criar uma universidade em espaços como o Cariri cearense se colocaria como ação de justiça social⁶, uma vez que os recém-saídos do ensino médio poderiam manter-se em suas próprias cidades e municípios e dar seguimento aos estudos de nível superior.

Além disso, a localização espacial do Cariri cearense foi colocada como variável a ser considerada. Isso se deu pelo fato de possuir divisas com os Estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí, atraindo e congregando pessoas e negócios em setores econômicos como o de serviços, indústria e agricultura. Outrossim, um fator decisivo foi a composição socioespacial do Triângulo Crajubar, que é uma sigla que denota a aproximação física e conurbada entre os maiores municípios caririenses: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Tal conjuntura coincide com a existência de um maior dinamismo social, político, econômico e cultural nas sedes destes três entes federativos, que influenciou a tomada de decisão rumo ao estabelecimento da UFCA pelo viés *multicampi*. Assim, a institucionalização e a formulação do modelo pedagógico da nova universidade foram fortemente condicionadas à necessidade de um modelo que contemplasse a integração municipal e o estabelecimento de condições favoráveis ao dinamismo político e econômico das pessoas que habitam o Cariri cearense, com atenção especial para aquelas que vivem nas cidades que abrigam os *campi* da UFCA: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo e Icó.

Em segundo lugar, os termos da cultura e sociedade sentiram-se presentes em outras perspectivas. Uma delas disse respeito à autonomia institucional e pedagógica, considerada imperiosa para a organização da universidade federal, dando a indicação de que formações preferencialmente interdisciplinares criariam uma estrutura curricular que ampliaria a ótica estudantil para além dos rígidos padrões instituídos pelo mercado. No

⁶ Nesse bojo, a demanda por uma universidade territorialmente integrada surgiu dada a conjuntura do ensino superior (público e privado) na Região do Cariri. Observando-se que para a maioria dos habitantes, principalmente os em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a universidade seria um alcance pouco provável, as instituições públicas seriam uma reversão dessa realidade: ao disponibilizar um quantitativo de vagas que pudessem suprir as reais demandas da sociedade civil, alinhar-se-ia a um intenso apelo social pela garantia dos direitos constitucionais a uma educação de qualidade no âmbito do sistema público. Pautar-se-ia, dessa feita, um acréscimo a processos locais de desenvolvimento, que ampliam a capacidade do Estado em prover tais direitos, bem como garantiriam à população local a expressão do Poder Público como garantidor das oportunidades de continuidade nos estudos e habilitação para o mundo do trabalho, da formação cidadã de qualidade e a montagem e manutenção de um modelo de sociedade em que são estimulados tais movimentos.



caso da UFCA, foi preconizada a formação humanística orientada à criação e manutenção de instrumentos técnico-científicos atualizados e contextualizados, bem como a especialização das atividades práticas formação ética e cidadã, indissociáveis vertentes da educação (Almeida-Filho e Souza, 2020).

Foi por isso que a UFCA criou estruturas muito particulares em sua composição administrativa. Ainda segundo Almeida-Filho e Souza (2020), uma universidade protópica é aquela construída a partir das potencialidades regionais. A consolidação de novas universidades no interior permitiu a inclusão de dinâmicas socioterritoriais que agregam a diversidade de habitantes locais como forma de democratizar e atribuir novo sentido ao ensino superior brasileiro. Sendo assim, o modelo de universidade seguido para a UFCA englobou as particularidades do território.

Ainda nesse registro, deve incluir, entre os princípios da educação superior, a promoção da diversidade cultural e da identidade, ação e memória dos diferentes segmentos étnicos nacionais, valorizando os seus saberes, manifestações artísticas e culturais, modos de vida e formas de expressão tradicionais, em especial das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. (Almeida-Filho e Souza, 2020, p. 12).

Nessa conformidade, a UFCA através de sua construção organizacional baseada no modelo sociocêntrico associou características do Cariri cearense à sua matriz pedagógica. Isso permitiu refletir não apenas um modelo mercadológico de ensino, mas também incluir qualidades sociais, econômicas, culturais e político-institucionais regionais que desembocaram na criação da Pró-reitoria de Cultura⁷. Esta unidade, em particular, apresenta-se como reconhecimento e esforço de se valorizar a cultura regional como um pilar universitário.

Na UFCA, os conceitos de pesquisa, extensão e cultura se fundem com o contexto caririense, de modo que a consolidação da universidade federal representou, naquele momento de sua institucionalização, a valorização de costumes tradicionais e influência na manutenção e disseminação da cultura sertaneja. Assim a instituição, para além do seu papel acadêmico-profissionalizante, revestiu-se de nova função social. Desse modo, a educação superior pública pôde extrapolar a tradicional formação técnica, atuando no desenvolvimento da mente humana e formação de uma cultura comum e coletiva,

⁷ Informações sobre a Procult/UFCA podem ser acessadas em:

<https://www.ufca.edu.br/instituicao/administrativo/estrutura-organizacional/pro-reitorias/procult/>



potencialmente instada à edificação de uma sociedade mais justa, coletiva, consciente e cidadã.

Por fim, a terceira consideração que importou para a montagem da nova universidade foi considerar o poder do território/região como unidade de análise e como unidade de gestão. Isso foi importante para a UFCA porque o conceito de desenvolvimento foi intimamente alocado ao conceito de região e território (tidos aqui como sinônimos): estas unidades seriam o receptáculo de ações institucionais e políticas que seriam potencializadas pela ação congregada dessas forças. A intenção seria dar a chance de que o território funcionaria como a conjunção de características e condições ambientais, sociais, culturais, econômicas, políticas e institucionais que potencializariam uma política pública. Portanto, considerar o território e a região como as unidades de gestão e de análise mais adequadas à implementação da política pública que criou a UFCA foi ato imperioso para a identificação de que o Cariri cearense seria o espaço ideal para a nova universidade foi condição ideal para a montagem de uma instituição de nível superior pautada nos moldes do Reuni.

4.3 Negociações e tratativas na criação da nova universidade: ações sociocêntricas e plurais

O processo de implementação institucional-normativo de uma política pública que cria instituições de ensino superior públicas no Brasil parte comumente da ação Estatal (como *policy maker*), polarizando a autoridade decisória ao poder público. Nesse bojo, a sociedade assume o papel de beneficiário do empreendimento (*policy taker*), participando, assim, de modo secundário. Isso orienta-se para em pouco ou nada influenciar as negociações que promovem a consolidação de universidades públicas, por exemplo. Prevalece o modelo estadocêntrico que supervaloriza o poder político, em detrimento das óticas sociais que podem contribuir para a maior aplicabilidade de projetos de nação.

No caso da UFCA, isso não ocorreu. A heterogeneidade dos atores envolvidos na sua criação mostrou-se influente no caminho percorrido pela política pública que montou a universidade. Boullosa (2013), por meio da Teoria da Mirada ao Revés, menciona a oportunidade de múltiplos atores não-estatais induzirem a política pública no caminho de produzir órgãos estatais mais alinhados com anseios e necessidades das populações, haja vista a chance de estas se fazerem presentes no modelo de Estado concretizado e em funcionamento.



Nesse sentido, a criação da UFCA é um exemplo prático da aplicação do modelo sociocêntrico de consolidação de uma instituição de ensino superior pública. Ao analisar-se o modelo macro-organizacional daquela instituição, ela pouco se difere das demais IFES brasileiras, todavia, em nível micro-organizacional, percebe-se haver inovações estruturais que refletem a ação das demandas na sociedade civil no plano de fundação da universidade, como a presença de princípios institucionais ligados ao desenvolvimento territorial e regional, por exemplo. São traços como este que indicam ser a UFCA uma universidade alinhada com a criação de um modelo inclusivo de ação pública e, portanto, ‘pré-protóptica’.

Convém mencionar, todavia, que o percurso institucional para que a UFCA adotasse a postura protóptica foi contemplado por negociações e tratativas que fazem-na uma experiência ilustrativa da posição que o marco sociocêntrico assume para este tipo de ação da política pública.

Para que fosse efetivada, a UFCA apenas pôde se materializar após a terceira ‘tentativa’. Isso se deveu em razão da observância ao modelo universitário que atende a demandas locais determinar a incorporação de elementos também locais. E como no Brasil o poder federal que concentra a legitimidade para este tipo de prática geralmente está ‘distante’ de certas regiões, optou-se por promover a estruturação da UFCA em três etapas: 1. A interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC) rumo ao Cariri cearense, que criou o *Campus Avançado* da UFC; 2. A expansão desta unidade acadêmica, com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação; e 3. O desmembramento e montagem da UFCA como universidade autônoma. Sobre esta terceira fase, cabem comentários que explicam a ideia de protopia de Almeida-Filho e Souza (2020).

No ano de 2012 foi instituída a Comissão de Implementação da Universidade Federal do Cariri, que contava com a participação de membros da administração pública (direta e indireta), empresas públicas, iniciativa privada e sociedade civil. Tal comissão visava promover pesquisas e discutir a matriz curricular, planejamento institucional, administração organizacional de pessoas e patrimônio e o orçamento e finanças, de modo a concretizar o projeto de lei de institucionalização da UFCA.

De modo prático, foram formados sete Grupos de Trabalho (GTs), organizados via confluência de agentes públicos, políticos e atores sociais para discutir a estrutura formativa, pedagógica e administrativa da futura universidade. Firmou-se, dessa feita, um ambiente deliberativo que se materializou através de reuniões, seminários, audiência



públicas e outros aparatos participativos nos municípios caririenses. Nestes diferentes representantes da sociedade local manifestaram suas intenções acerca da UFCA, demonstrando interesse nos moldes que ela eventualmente assumiria. Assim, a participação integrada de múltiplos atores foi essencial para a construção de uma identidade regional da nova universidade, e esses grupos de trabalho (uns em menor e outros em maior nível de integração) inseriram determinados elementos do Cariri e de suas comunidades no plano pedagógico da UFCA.

Em linha, cabe salientar que a diferenciada cultura organizacional existente ainda na UFC- Cariri e ampliada para UFCA refletiu-se na escolha por cursos de nível superior que preenchessem lacunas no mercado de trabalho local e utilizassem das potencialidades da região. Essa determinação fez surgir uma prática administrativa e pedagógica destinada a empregar o orçamento público em oportunidades de formação acadêmica interligada com a formação social e humanista dos discentes.

Em conformidade com Almeida-Filho e Souza (2020) na dimensão institucional na universidade protóptica deveriam estar presentes ferramentas de participação social, consumada através de um “Conselho comunitário social”, que contaria com a participação de representantes políticos, da sociedade civil e da comunidade acadêmica. No caso da UFCA, a participação das pessoas foi muito sentida durante o período de sua constituição.

O fato de reservar uma estrutura específica em sua organização administrativa para reger ações culturais – via sua Procult – é um dos exemplos que mais se pode ilustrar como observância à questão regional. Em que pese pareça ser uma simples decisão burocrática, a criação da Pró-reitoria de Cultura é resultado da extensa e plural participação de atores sociais caririenses nos canais de interlocução entre os GTs e a sociedade civil direta e indiretamente a eles associada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão empreendida até este ponto traça uma trajetória de discutir a UFCA como uma ação efetiva e concretamente protóptica. Essa afirmativa é elencada com base em três argumentos produzidos a partir do refinamento das ideias e colocações constantes no decorrer deste texto.

O primeiro argumento diz respeito à UFCA como universidade federal efetivamente criada a partir da ação plural de múltiplos atores. O sociocentrismo oportunizado pelos



poderes nacionais brasileiros aos agentes locais de política pública contribuiu para a montagem de um ambiente institucional em que as oportunidades, necessidades e potencialidades da região do Cariri cearense pudessem prevalecer nas definições-base da estrutura da nova universidade.

E neste ponto as afirmações de Almeida-Filho e Souza (2020) fazem-se sentidas: a ação protópica estabelece-se em determinada medida quando indivíduos atuam positivamente para criar um modelo de futuro exequível. Ao pensar-se na UFCA como uma aposta bem-sucedida de criação de uma nova instituição de ensino superior pautada em aspectos fortemente regionais, nos moldes para os quais fora pensada, inequívoca é a constatação de que a protopia garante um modelo de ação social (para a sociedade) que efetivamente é viável.

Em outras palavras, o que se quer dizer é: não somente a UFCA estabelece-se como um exemplo de que seu *modus operandi* é crível, mas atesta que as recomendações de Almeida-Filho e Souza (2020) são oportunas para se pensar instrumentos e ferramentas de trabalho e criação de organizações humanas implicadas na melhoria de vida das pessoas. Coloca-se, portanto, no *status* de verificável o alcance das proposições do estabelecimento de novas formas de se pensar a ação pública conjugada com demandas sociais localizadas em espaços como o Cariri cearense.

Cumprir dizer que esta possibilidade se apresentou em razão do caráter plural das pessoas envolvidas, ressaltando-se a maior ou menor participação de grupos – agentes públicos, agentes políticos, empresários e a sociedade civil organizada – na criação das diretrizes pedagógicas, políticas e institucionais da UFCA, bem como a impressão de seus interesses e negociações empreendidas no molde de atuação da universidade.

O segundo argumento que situa a UFCA como uma ação protópica é o fato de ter sido resultado da ação plural e sociocêntrica num contexto em que a educação pública foi compreendida num viés regional e contextualizado. O que se quer comentar é a oportunidade sentida e aproveitada de fazer compreender a utilidade de se pensar e construir um modelo de universidade em que a proposta de seus cursos de graduação e pós-graduação, bem como as balizas da extensão, da pesquisa e da cultura pudessem ser permeadas pela leitura dos elementos regionais (caririenses) de modo a torná-las visíveis na própria região.

Não haveria – e não houve – espaço na elaboração dos meandros da UFCA para a consideração apenas de conhecimentos formais ligados a uma ótica mercadológica globalizada para o mundo do trabalho, mas também dos saberes que transluzem a



sociedade local e brasileira construídas a partir da história local e dos símbolos reconhecidos do espaço que abriga a UFCA. Desse modo, deu-se a chance à produção de conhecimento científico muito aproximado à realidade vivenciada pela comunidade acadêmica que direta e indiretamente tem na UFCA um espaço de construção de saberes.

Os resultados obtidos com a análise da atuação das pessoas que agiram nos GTs de criação da universidade demonstram a preocupação com a inserção da nova instituição com as questões que a percepção das questões regionais na pedagogia a ser definida atesta este segundo argumento protópico. As motivações para a escolha do Cariri cearense como região de aporte para a construção de uma nova universidade federal habilita relacionar as potencialidades e o dinamismo socioeconômico de uma região como vantagens para a implementação de uma IFES do porte da UFCA.

É por isso que ela pode ser considerada como uma protopia, visto que se trata de uma instituição que se sustenta em referências sociopolíticas, culturais, ambientais e econômicas locais, que a fizeram nascer com uma identidade socioespacial muito bem delimitada. Casos como o da UFCA, que já se origina no retrato do Cariri cearense, ilustra a inserção regional e contextualizada da educação como vertente para processos de desenvolvimento. Ou seja: protópicos.

O terceiro argumento encontra assento da (re)discussão de que a UFCA é uma organização humana, ao final e afinal. Almeida-Filho e Souza (2020, p. 15) argumentam que já não cabem “utopias escapistas, não há mais alibis a recorrer nem torres de marfim a nos proteger, escondidos” ao tratarmos, naquele ano, do lugar propositivo de mudanças e posição proativa rumo ao desenvolvimento que a universidade brasileira deve assumir. É por isso que o caso da UFCA é emblemático.

Ao afirmar-se que a UFCA é uma organização humana ‘ao final’, conecta-se a experiência de sua estruturação com as contribuições de Costa (2010), Giddens (1991), Guimarães, (2016) e North, (1991), dentre outros, posto que argumentam serem as universidades agentes de promoção e viabilização de capital social, conceito este sustentado por autores como Bourdieu (1980), Barquero (2003) e Coleman (1988), por exemplo. Numa razão de finalidade, a constituição de uma nova instituição universitária para o Cariri cearense embasada em aspectos regionais e contextualizados apresenta-se como a entrega e a implementação muito bem-sucedida de uma política pública orientada à educação para a cidadania, ao trabalho, à renda e à melhoria de vida. Portanto, qualifica-a como instituição de desenvolvimento humano na qual os valores e princípios



são compartilhados e relacionados com a evolução do coletivo social, percebendo-se ser a UFCA detentora de dever social de desenvolvimento intelectual, cultural, cidadão, moral e ético.

Assim, ela é uma organização humana, ‘afinal’. Quando são revelados os aspectos de sua criação, em que diferentes pessoas assumiram o protagonismo de moldar a universidade em construção e estabelecer dessa maneira um ambiente para si e para seus conterrâneos, o que se atesta é: a ação humana foi, de fato, orientada para a estruturação e montagem de oportunidade de melhoria de vida.

É por isto que esta “carta” a Naomar de Almeida-Filho e Luis Souza quer dizer-lhes, ao final e afinal, que seu modelo de universidade protópica é viável e factível. A experiência da UFCA, no Cariri cearense, prova de modo incontestado que a protopia por eles proposta não é gênero inalcançável. A UFCA é dele uma espécie que se traduz firme, viável, exequível e modelo para a determinação de outras experiências político-institucionais de desenvolvimento para o Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento são feitos à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI/UFCA), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo apoio institucional e financeiro (auxílios e bolsas).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-FILHO, Naomar; SOUZA, Luis Eugenio. Uma protopia para a universidade brasileira. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 105-105, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5525>. Acesso em 22 abr. 2024.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2006.

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos avançados**, v. 31, p. 75-87, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190005>. Acesso em 22 abr. 2024.

BARQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.



BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha. In: **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Ricardo Bielschowsky (org.). Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOULLOSA, Rosana. Mirando ao revés nas políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Pensamento & Realidade**, v. 28, n. 3, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/17572/15028>. Acesso em: 29 nov. 2017.

BOULLOSA, Rosana. Mirando ao revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. **Publicações da Escola Superior da AGU**, v. 11, n. 4, 2019. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/EAGU/article/view/2639>. Acesso em 22 abr. 2024.

BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social – Notes Provisoires. In: **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**. Vol. 31, p. 2-3, 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso em: 27 nov 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricode desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

CALDAS, Miguel P.; CUNHA, Miguel Pina. Ecologistas e economistas organizacionais: o paradigma funcionalista em expansão no final do século XX. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, p. 65-69, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000300005>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Ricardo Bielschowsky (org.). Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHANKSELIANI, Maia; MCCOWAN, Tristan. Higher education and the sustainable development goals. **Higher Education**, v. 81, n. 1, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10734-020-00652-w>. Acesso em: 20 abr. 2024.

COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, Vol. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure (1988), pp. S95-S120 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2780243>. Acesso em: 02 set. 2009.

COSTA, Patrícia Lessa Santos. **As Bases Espaciais da Solidariedade e as Dinâmicas da Interiorização do Ensino Superior Público Estadual na Bahia: O processo de criação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)**. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, 2010.



DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. (tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura). - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Ponta, 16).

EISENHARDT, Kathleen M. Building Theories from Case Study Research. **The Academy of Management Review**, vol 14, no. 4, 1989. 532-50. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/258557%3e>. Acesso em: 02 ago. 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUIMARÃES, Sônia Karam. Desenvolvimento econômico-social e instituições no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 259-284, abr.-jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23112>. Acesso em: 15 set. 2016.

HANNAN, Michael T.; FREEMAN, John. Ecologia populacional das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, p. 70-91, 2005. Disponível em: https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/ecologia-populacional-organizacoes_0.pdf.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). (2023). **Perfil Regional - Cariri**. Sistema de Informações Geossocioeconômicas do Ceará – IPECEDATA. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-regional.xhtml>. Acesso em 20 mar 2024.

IVO, Anete B. L. Agências Multilaterais de Desenvolvimento e Comunidades Epistêmicas. In: **A Reinvenção do Desenvolvimento: Agências Multilaterais e Produção Sociológica**. IVO, Anete B. (org). Salvador: EDUFBA, 2016.

KINGDON, J. W. Agendas, Alternatives, and Public Policies. In: Saraiva, E., & Ferrarezi, E. **Políticas Públicas – Coletânea**, Volume 1. 2nd ed. Harper Collins College Publishers, 2005.

MCCOWAN, Tristan. Universities and the post-2015 development agenda: an analytical framework. **Higher Education**, v. 72, p. 505-523, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10734-016-0035-7>. Acesso em 20 mar 2024.

MERCURI, Cristiana. Uma Reflexão sobre Desenvolvimento Humano na Produção das Ciências Sociais no Brasil. In: **A Reinvenção do Desenvolvimento: Agências Multilaterais e Produção Sociológica**. IVO, Anete B. (org). Salvador: EDUFBA, 2016.

MONTEIRO, Patricia Ortiz et al. Educação, inovação e empreendedorismo: a universidade e o seu novo papel na sociedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 6, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5200>. Acesso em 20 mar 2024.



NOGUEIRA, Marco Aurélio. Desenvolvimento, Estado e Sociedade: As Relações Necessárias, as Coalizões Possíveis e a Institucionalidade Requerida. In: **Diálogos para o Desenvolvimento**. José Celso Cardoso Jr., Carlos Henrique R. de Siqueira (orgs.). Brasília: IPEA, 2009.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives** - Volume 5, Number 1-Winter 1991-Pages 97-112. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.5.1.97>. Acesso em 22 abr. 2024.

PERES, Janaina Lopes **Pereira. Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF** (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGDSCO, Universidade de Brasília – UnB, 2020, 251f.

POLANYI, Karl. Homem, Natureza e Organização Produtiva. In: POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens de Nossa Época**. tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Ricardo Bielschowsky (org.). Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAMPAIO, Rosely Moraes; LANIADO, Ruthy Nadia. Uma experiência de mudança da gestão universitária: o percurso ambivalente entre proposições e realizações. **RAP** — Rio de Janeiro 43(1):151-74, jan./fev. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100008. Acesso em: 01 out. 2016.

